

A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO DIDÁTICO NA ESCOLA MODERNA: OS GRUPOS ESCOLARES NO SUL DE MATO GROSSO (1910-1950)

Nedina Roseli Martins Stein (UEMS/UNIDERP)

Silvia Helena Andrade de Brito (UFMS)

2. História da profissão docente e das instituições escolares

1. Introdução

O objeto desta comunicação são os grupos escolares situados no sul do antigo estado de Mato Grosso (que conformará, no ano de 1977, uma nova unidade federativa, Mato Grosso do Sul), na sua condição de uma das modalidades de instituição escolar que materializou, na história da educação no Brasil, a escola moderna, a saber, aquela que se organizou no interior da sociedade capitalista e que, junto a esta última, vai assumindo diferentes nuances, em distintos momentos históricos desta mesma ordem social. Neste sentido, foi privilegiado o período que abrange a primeira metade do século XX – 1910-1950 –, visto que nestes anos as referidas instituições escolares foram implantadas nas principais cidades daquela região (Campo Grande, Corumbá, Aquidauana, Três Lagoas e Ponta Porã), assumindo as características peculiares a uma determinada forma de organização do trabalho didático.

Assim, o objetivo geral deste trabalho é analisar a organização do trabalho didático nos grupos escolares em questão, considerando o papel que estas instituições assumiram neste momento de expansão da escola pública em Mato Grosso, e como era importante, para tal, que esta nova modalidade de escola estivesse presente na região. Visando reconstituir a história destas instituições, além de fontes secundárias, foram utilizados dados primários – documentos ainda existentes nos acervos das referidas instituições escolares (Livros de Atas, Livros de Matrícula, Registros de Matéria, Portarias e Ofícios Expedidos e Recebidos, entre outros), e entrevistas com ex-professores e ex-alunos destas instituições –, analisados à luz das categorias *escola moderna* e *organização do trabalho didático*.

Neste sentido, a comunicação está dividida em duas partes. Na primeira, é realizada uma rápida recuperação do contexto histórico no qual se deu o surgimento e consolidação dos grupos escolares em Mato Grosso, como parte da história das instituições escolares nesta região do Brasil, entre 1910 e 1950. Destaca-se, entre os municípios que naquele

momento histórico conformavam a região sul de Mato Grosso, as cidades de Campo Grande e Corumbá. Posteriormente, na segunda parte do trabalho serão apresentadas as informações pertinentes à organização dos grupos escolares nestas duas cidades e, em particular, as duas instituições mais antigas desta região de Mato Grosso, os Grupos Escolares Joaquim Murinho, em Campo Grande, e Luis de Albuquerque, em Corumbá, com o intuito de problematizar a organização do trabalho didático no interior destas instituições escolares mato-grossenses.

2. Surgimento e consolidação dos grupos escolares em Mato Grosso

Remontando à história e à história da educação em Mato Grosso no período que vai dos anos 1910 à década de 50 do século XX, trar-se-á à luz alguns elementos para a reconstrução do papel da educação e dos grupos escolares em Mato Grosso, neste momento histórico.

Considerando-se a situação de Mato Grosso entre os anos 70 do século XIX e os anos 10 do século XX – este último, representando o momento histórico em que surgiram os grupos escolares no cenário educacional do estado –, pode-se perceber que a região vivia uma situação peculiar. Por um lado, a pecuária extensiva paulatinamente se afirmara como a principal atividade econômica em Mato Grosso, com o esgotamento da atividade de mineração, em princípios do século XIX (ALVES, p. 85 et seq.), e continuava tendo uma presença significativa no estado, o que fazia da região um território ainda marcado pela presença de grandes latifúndios, ocupado por uma população rarefeita, principalmente em se tratando de sua zona rural.

Por outro, graças à diversificação das atividades econômicas regionais, também possuía importante fração de sua classe dominante ligada às usinas de açúcar, à indústria extrativa (principalmente a erva-mate, a borracha e a poaia) e ao beneficiamento da carne bovina; ainda mais, contraditoriamente, criara as condições para o aparecimento de um homem cosmopolita, como os proprietários de estabelecimentos comerciais em Corumbá, situada na fronteira Oeste do estado, afeitos, graças à sua atividade profissional, aos contatos estreitos e permanentes com os principais centros econômicos e sociais do Brasil, da região platina e do continente europeu. Já no começo do século XX, também no sul do estado de Mato Grosso, Campo Grande transformou-se num importante centro comercial, principalmente após a instalação da rede ferroviária Noroeste do Brasil em 1914. Este processo fez deste município um importante entroncamento ferroviário e, posteriormente, rodoviário, que passou a atrair grande número de imigrantes (árabes, japoneses, espanhóis,

portugueses e italianos), além de comerciantes e fazendeiros nacionais, desencadeando, assim, um processo de modernização e de aumento populacional desta parte da região sul do estado (OLIVEIRA, 2006).

Assim, foi neste contexto sócio-econômico, num momento histórico em que a segurança pública e a posse da terra, bem como a infra-estrutura viária, ainda eram as grandes preocupações dos sucessivos governos estaduais (JACOMELI, 1998), que o presidente Pedro Celestino Corrêa da Costa, a partir do ideário republicano da “(...) modernidade e civilização, [pensado como contraponto] (...) ao estigma da ‘barbárie’ predominante nas representações sobre o estado na época” (AMÂNCIO, 2000 apud SOUZA, 2004, p. 121), começou novo período de reestruturação e reorganização do ensino primário e secundário em Mato Grosso. Ainda segundo a justificativa que embasava a reforma iniciada em 1908, nos primeiros vinte anos do regime republicano a instrução em Mato Grosso continuava incerta e descuidada, com poucas diferenças em relação à época do Império. O grupo escolar foi pensado como uma possível solução para estes problemas, como pólos irradiadores de um movimento de *modernização da educação primária* no estado: este motivo, aliado ao alto custo de sua instalação e manutenção, fez com que os mesmos fossem criados apenas nas cidades econômica, populacional e culturalmente mais significativas de Mato Grosso, como Cuiabá (1908), Cáceres, Poconé e Rosário Oeste (1912), no norte do estado, e Corumbá (1908), Campo Grande (1912), Aquidauana, Três Lagoas e Ponta Porã, no sul de Mato Grosso (MATO GROSSO, 1978 apud OLIVEIRA, 2006), estes últimos criados nos anos seguintes, até 1927.

Concomitantemente, uma das primeiras medidas da reforma previa a renovação do quadro de professores, com a criação de uma nova Escola Normal, junto com a Escola-Modelo Barão de Melgaço, na capital do estado, Cuiabá, a fim de habilitar professores capazes de dirigir e ministrar o ensino reformado que se desejava. Para a direção destes estabelecimentos foram contratados dois normalistas paulistas, Leowigildo Martins de Mello e Gustavo Kulhmann (POUBEL E SILVA, 2006, p. 218), que chegaram no estado em 1910. O Regulamento de 1910 também reorganizou a regulamentação pedagógica, a qual emanaria por todo o estado, estabelecendo novos critérios para a instrução pública. Segundo esta legislação, o ensino primário deveria ser leigo, alunos de ambos os sexos poderiam freqüentar a escola, estabelecendo-se a obrigatoriedade para as crianças de 7 a 10 anos de idade. Estabelecia-se ainda que as escolas não poderiam ultrapassar os 60 alunos e o sistema de decuriões e monitores (ensino mútuo), bem como os castigos físicos, estavam proibidos (JACOMELI, 1998).

Além disso, o mesmo texto legal normatizou a ação dos grupos escolares e seu funcionamento, naqueles distritos que os tivessem. Os grupos escolares seriam escolas com oito classes seriadas (quatro para meninos e as restantes para meninas) e ficariam subordinados ao Diretor Geral da Instrução Pública e aos inspetores escolares. Complementarmente, os grupos escolares seriam fiscalizados e inspecionados pelo Presidente do estado, com a ajuda do Conselho Superior de Instrução Pública e Diretoria Geral da Instrução. Estes órgãos estabeleciam a duração das aulas (cinco horas diárias), o período de funcionamento (período único) e a contratação de professores formados, efetivada mediante concurso público.

Verifica-se, contudo, que essa política de expansão das práticas educacionais a partir do grupo escolar no estado não se deu de forma linear, e as discontinuidades na ação pública sempre estiveram presentes, expressas, por exemplo, na morosidade para a instalação destes estabelecimentos ou na grande dificuldade de se impor uma fiscalização da malha educacional. Neste sentido, o Grupo Escolar de Corumbá¹, criado em 1908, só foi instalado e começou a funcionar em 1924 (SENA, 2006). O mesmo se deu com o Grupo Escolar de Campo Grande: a Resolução n. 616, de 17 de julho de 1912, autorizou o executivo estadual a criar um grupo escolar nesta cidade ou no ponto mais indicado no sul do estado, sem especificar, claramente, onde se localizaria a sede da escola. Assim, o Grupo Escolar de Campo Grande² só foi instalado em 13 de junho de 1922, após ter sido autorizado pela Resolução n. 866, de 03 de novembro de 1921 (MATO GROSSO, 1978 apud OLIVEIRA, 2006).

Na continuidade destes processos, a depressão que se abateu sobre a sociedade capitalista entre o final dos anos 1920 e a década de 30, acrescidas às conseqüências da Segunda Guerra Mundial, contribuirão para dar continuidade ou iniciar algumas modificações na base produtiva do estado, sobretudo na região sul de Mato Grosso, relacionadas ao melhoramento do plantel bovino e à introdução de novas formas de criatório (cercamento e divisão das fazendas, o abandono da organização familiar e a incorporação de alguns padrões empresariais nas mesmas, utilização de espécies gramíneas

¹ “Depois de instalado, o Grupo Escolar, por meio do Decreto Presidencial n. 669, de 5 de junho de 1924, passou a denominar-se Luis de Albuquerque¹, uma menção ao fundador da cidade de Corumbá” (SENA, 2006, p. 23).

² O nome da escola foi alterado para Joaquim Murinho (1848-1911), por meio do Decreto n. 669, de 05 de junho de 1924 (MATO GROSSO, 1978 apud OLIVEIRA, 2006), numa homenagem a este mato-grossense, nascido em Cuiabá, que foi médico, professor, senador e Ministro da Viação e Fazenda na gestão Campos Sales (MENDONÇA, 1971).

cultivadas nas pastagens etc). Neste contexto, a cidade de Campo Grande terminou por se afirmar como um novo pólo de desenvolvimento nesta região de Mato Grosso.

Ao mesmo tempo, a mesma crise econômica ofereceu as condições necessárias para o soerguimento da região fronteiriça: assim, um conjunto de condicionantes, ocorridos entre os anos 30 e 50, – como as mudanças provocadas pela crise dos anos 30 no setor pecuário, combinada a condições climáticas favoráveis e ao aumento de vendas no período de guerra; o movimento em torno da construção do ramal ferroviário Brasil-Bolívia, a partir de 1938, além da instalação de novas indústrias na cidade, como a Sociedade Brasileira de Mineração (SOBRAMIL) –, provocaram um efeito multiplicador sobre as atividades produtivas em Corumbá (OLIVEIRA, 1998), o que acabou alavancando o surto industrial que o município conheceu a partir da segunda metade dos anos 40, reforçado posteriormente pela chegada dos trilhos da Estrada de Ferro Noroeste à cidade, na década de 50. Esta incipiente industrialização, tendo sido decisiva na conformação de uma nova composição social no município, acabou por diversificar a própria malha urbana, colaborando, para a expansão do ensino, público e privado, em Corumbá.

Foi dentro deste novo momento histórico que se deu a criação de mais três grupos escolares em Campo Grande, a saber: General Malan (1930), Vespasiano Martins e Nicolau Fragelli (1955) (OLIVEIRA, 2006) e, em Corumbá, o Grupo Escolar do Círculo Operário Dom Bosco (1954) (BRITO, 2001; COELHO, 1978).

3. A organização do trabalho didático nos grupos escolares do Sul de Mato Grosso: considerações preliminares

A fim de problematizar as informações já coletadas sobre a organização do trabalho didático nas duas instituições escolares em foco, quais sejam, os Grupos Escolares Joaquim Murtinho, situado em Campo Grande e o Luis de Albuquerque, sediado em Corumbá³, é necessário inicialmente remeter-se a análise ao desvelamento da categoria *organização do trabalho didático*. Assim, Alves (2005), ao se referir a esta categoria, lembra que:

. no interior da *ciência da história*, a organização do trabalho didático é uma categoria subordinada, uma vez que se refere e é produzida no campo da educação. Nestes termos, localiza-se nos limites entre duas outras categorias centrais dentro desta perspectiva

³ Todas as informações referentes a esta parte da comunicação são fruto das pesquisas já realizadas por Oliveira (2006), no que se refere ao Grupo Escolar Joaquim Murtinho; e por Sena (2006), no que tange ao Grupo Escolar Luis de Albuquerque.

teórico-metodológica, a saber, “...trabalho e organização técnica do trabalho, e as implica” (ALVES, 2005, p. 10);

. assim, sendo o trabalho uma categoria fundamental para a compreensão de como se organizam as relações sociais em dada sociedade, e considerando que as formas e conteúdos assumidos pelo trabalho são históricas, da mesma forma se pode dizer que cada modo de produção produz formas históricas de organização do trabalho didático, correspondentes às funções assumidas pela educação em dado contexto histórico;

. nestes termos,

no plano mais genérico e abstrato, qualquer forma histórica de *organização do trabalho didático* envolve, sistematicamente, três aspectos:

a) ela é, sempre, uma *relação educativa* que coloca, frente a frente, uma *forma histórica de educador*, de um lado, e uma *forma histórica de educando(s)*, de outro,

b) realiza-se com a *mediação* de recursos didáticos, envolvendo os procedimentos técnico-pedagógicos do educador, as tecnologias educacionais pertinentes e os conteúdos programados para servir ao processo de transmissão do conhecimento,

c) e implica um *espaço físico* com características peculiares, onde ocorre. (ID., p. 10-11. Os grifos são do autor)

Considerando estes três aspectos, qual a organização do trabalho didático inscrita nos grupos escolares mato-grossenses, particularmente nas duas instituições em apreço, neste momento histórico? Em se tratando de *relação educativa*, tanto no Joaquim Murtinho (OLIVEIRA, 2006) como no Luis de Albuquerque funcionaram, desde a sua implantação, as quatro séries do ensino primário; neste último em dois períodos, entre 1924 e 1930⁴ e, partir deste ano, apenas em um período, vespertino, sempre com classes masculinas e femininas (SENA, 2006).

No Luis de Albuquerque as atividades escolares eram conduzidas conforme as disposições da pedagogia tradicional⁵, sendo centradas na figura do professor que expunha

⁴ “A existência de dois turnos, neste momento, deveu-se ao fato de o edifício não estar concluído e por falta de mobiliário. (...) A precariedade organizacional do Luis de Albuquerque (...) levou a essas adaptações iniciais em sua forma de funcionamento.” (SENA, 2006, p. 29)

⁵ De acordo com Saviani (1985, p. 9-11; 47-49) a pedagogia tradicional, constituída historicamente após a Revolução Industrial, implicava numa determinada forma de organização da escola centrada na figura do professor, o qual teria o papel de transmitir, “(...) segundo uma gradação lógica, o acervo cultural aos alunos.

e interpretava a matéria, tendo como principal recurso a palavra (exposição oral). O ato de fazer exercícios repetitivos destinava-se a que os alunos pudessem gravar o conteúdo, que depois seriam avaliados nas provas: o professor falava em voz alta e os alunos repetiam, ou seja, recebiam as informações e tinham como tarefa decorá-las (BRITO & SENA, 2006)⁶.

Sentados em carteiras duplas enfileiradas e fixadas no chão, os alunos escutavam a exposição oral do professor, enquanto este último procurava sempre partir da exploração do conhecido para o desconhecido e do concreto para o abstrato, conforme dispunha o método intuitivo⁷, outra das diretivas pedagógicas naquele contexto, já em uso nas instituições paulistas (SOUZA, 1998, p. 158). O caráter verbal da aprendizagem, contudo, ainda era predominante, e por isso os recursos mais utilizados em sala de aula eram basicamente o quadro negro e o giz (BRITO & SENA, 2006).

Neste ponto pode-se destacar o segundo aspecto da organização do trabalho didático nos grupos escolares, isto é, os *materiais didáticos*. Segundo Souza (1998, p. 167),

...o método intuitivo implicou a necessidade de vasto material didático. Porque a concepção de ensino-aprendizagem pressuposta no mesmo, considerando-se a natureza infantil, os sentidos e o ensino concreto, reclamava outras linguagens para transmissão do conhecimento além da usual “palavra do mestre”. Surge o imperativo da imagem, da manipulação de objetos, isto é, de uma nova “pedagogia do olhar”, uma nova “pedagogia dos sentidos”.

Nestes termos, é interessante notar que:

1. conforme é destacado pelos insistentes apelos de diferentes diretores das duas instituições ao longo de todo este período, tanto no Luis de Albuquerque (MATO GROSSO, 1932), como no Joaquim Murtinho (MATO GROSSO, 1931), era premente a

A estes cabe assimilar os conhecimentos que lhe são transmitidos.” Na prática escolar, a memorização era utilizada como uma das formas de assimilação do conhecimento. Esta foi a mais difundida teoria pedagógica que fundamentou a escola brasileira, até os anos 30 e mesmo depois, apesar da grande difusão do escolanovismo.

⁶ Entre os recursos utilizados para reforçar a memorização dos *pontos* pelo aluno ainda estava a palmatória, que também fazia parte desta rotina, segundo afirma Magali Baruki, aluna da escola neste momento, apesar dos castigos físicos terem sido proibidos na educação pública mato-grossense, desde o Regulamento da Instrução Pública de 1896 (JACOMELI, 1998, p. 134): “A escola fazia parte do sistema autoritário de então. Eu me lembro da palmatória que ficava pendurada perto da lousa, para ser usada nas competições entre meninos e meninas.” (ROSA, 1990, p.112)

⁷ O método intuitivo vinha sendo difundido em Mato Grosso desde o final do século XIX, constituindo-se inclusive em orientação oficial de diversos regulamentos que nortearam a instrução pública na região. Baseava-se no entendimento de que as *lições de cousas* deveriam sobrepor-se sobre o verbalismo, devendo o professor ater-se mais ao caráter prático, concreto da aprendizagem, e menos ao seu aspecto intelectual. Cf. Jacomeli, 1998, p. 88 et. seq.

falta de outros materiais didáticos que o giz, quadro-negro e o livro didático. Este último, neste período histórico, ainda era adquirido pelo aluno, caso o mesmo possuísse recursos para tal, ou, simultaneamente, manuseado pelo professor e repassado ao aluno sob a forma de *pontos*, copiados na lousa para os alunos das séries iniciais, ditado para os alunos das séries finais, como relatam ex-professores do Luis de Albuquerque (ENTREVISTAS A; B; D, 2005). Dessa forma, o ensino nestes estabelecimentos permaneceu “nos moldes da memorização, do partir do concreto para o abstrato, do conhecido para o desconhecido, no qual os alunos deveriam apenas aprender e o professor, ensinar” (ALVES, 1994, p. 103); 2. mesmo a insistência do uso da “pedagogia do olhar” ou pedagogia dos sentidos”, implícita nos pressupostos do método intuitivo, não parecem ter abalado, no contexto do trabalho didático, a centralidade da “palavra do mestre”, ou a importância de sua autoridade na condução do processo de aprendizagem do aluno. Nas palavras de uma ex-professora do Luis de Albuquerque, o professor era a “autoridade máxima do saber” (ENTREVISTA A, 2005).

Em se tratando dos currículos e programas, passaram, de forma progressiva, das mãos dos agentes educacionais – professores, diretores e supervisores escolares – para a responsabilidade e decisão do Estado, por meio da padronização dos currículos e controle do material didático, sobretudo o livro escolar, como declara uma ex-diretora do Luis de Albuquerque (ENTREVISTA B). Tal tendência, contudo, se esboçará com mais clareza na organização do trabalho didático em Mato Grosso nos anos vindouros, já em meados dos anos 50.

Quanto ao espaço físico, uma das premissas para a instalação dos grupos escolares, e um dos itens que tornou mais onerosa a sua expansão, esta se expressava exatamente na necessidade de construção de um prédio próprio, ou melhor, especialmente destinado à atividade educacional, que até então se fizera, majoritariamente, em espaços físicos adaptados ou mesmo na casa do professor. Assim, não é fortuito, como observa Oliveira (2006), que o regime disciplinar identificador do grupo escolar estivesse presente na própria estrutura do prédio da instituição escolar, como foi o caso no Joaquim Murтинho, segundo atesta o depoimento de uma de suas diretoras, Maria Constança de Barros Machado:

Naquele tempo, a disciplina era fundamental. A separação entre alunos e alunas era tão rígida que até o prédio era construído em forma de U, de modo a abrigar de um lado as classes do sexo masculino e do outro as do sexo feminino. O recreio dos meninos

era de um lado, o das meninas de outro. O encontro entre as meninos e meninas dava-se apenas nas festas literárias e esportivas, que eram realizadas no salão nobre da escola. Só se admitiam classes mistas, quando havia número insuficiente de alunos para separá-los. E olhe que naquele tempo as classes tinham até 50 e 60 alunos. Quando havia uma classe mista, os meninos e as meninas eram muito vigiados, para que não se comunicassem entre si. (ROSA, 1990, p.65-66).

Da mesma forma, a edificação do Luis de Albuquerque se destaca entre as outras construções contemporâneas em Corumbá, com sua arquitetura neoclássica francesa. Localizado no centro da cidade, em frente à Praça da República e próximo à Igreja Nossa Senhora da Candelária, ele se inseriu naquele espaço como uma escola tipicamente urbana, como um dos mais significativos prédios públicos⁸ do município. Da mesma forma:

Seu prédio foi construído em forma de “L”, abrigando o porão e dois pavimentos, um térreo e outro superior. Com salas de aula amplas, com boa iluminação e ventilação, proporcionada pelas longas janelas predispostas na fachada principal e lateral do prédio. Nas paredes das classes pinturas decorativas semelhantes aos desenhos das classes do Palácio da Instrução de Cuiabá. Os corredores são amplos, o que facilitava a circulação dos alunos. (...) No nível térreo destinava-se às salas para meninas e no nível superior aos meninos. (SENA, 2006, p. 26)

4. Conclusão

Pelo exposto, pôde-se perceber em que sentido os grupos escolares, na região sul de Mato Grosso representaram, para a escola pública, a materialização da forma/conteúdos mais acabados, em termos de organização do trabalho didático, da chamada escola moderna. Em outras palavras, da instituição que, na sociedade capitalista, seria responsável pela difusão da educação para todos, principalmente crianças e jovens.

Assim, é neste momento histórico, com a implantação da escola graduada: 1. que se fincou de forma gradativa na região, em termos de ensino público, a organização do

⁸ Segundo Souza (1998, p. 124 apud Sena, 2006, p. 26), “aliás, essa era a característica que estava ocorrendo em todo o Brasil, onde a construção dos grupos escolares se dava próximo à câmara municipal, igrejas, praças (muita das quais com de denominação de Praça da República), cadeia e palacetes, destacando como um dos mais bonitos prédios públicos”.

trabalho didático que tornou específica a relação educativa na escola moderna, com a objetivação e a divisão do trabalho didático, e que esteve também na base do processo de organização dos grupos escolares; 2. que se implantou, no ensino público mato-grossense, o que desde o final do século XIX e início do século XX já vinha acontecendo nas maiores instituições salesianas de ensino do sul de Mato Grosso, situadas em Corumbá (Colégio Santa Teresa, implantado em 1899 e Colégio Maria Auxiliadora, criado em 1904), ou seja, o ensino graduado.

5. Referências bibliográficas

- ALVES, Gilberto Luiz. Mato Grosso e a História: 1870-1929 — ensaio sobre a transição do domínio da casa comercial para a hegemonia do capital financeiro. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 61, p. 5-81, 2.sem.1984.
- ALVES, Laci Maria Araújo. *O processo de expansão escolar em Mato Grosso (1910-1946): uma abordagem histórica*. Cuiabá: 1994. Dissertação (Mestrado em Educação) – UFMT, 1994.
- AMÂNCIO, Lázara N. B. *Ensino de leitura na escola primária de Mato Grosso: contribuição para o estudo de aspectos de um discurso institucional do século XX*. Marília: 2000. Tese (Doutorado em Educação) – Unesp/Marília.
- BRITO, Silvia Helena Andrade de. *Educação e sociedade na fronteira Oeste do Brasil: Corumbá (1930-1954)*. Campinas: 2001. Tese (Doutorado em Educação) – Unicamp, 2001.
- BRITO, Silvia Helena Andrade de; SENA, Divino Marcos de. *Rituais escolares e civismo no Grupo Escolar Luis de Albuquerque, Corumbá/MT (1930-1970)*. In: ENCONTRO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO CENTRO-OESTE, 8., 2006. *Anais...* Cuiabá: UFMT, 2006. p. 1-15.
- COELHO, Walmir. *Incidências educacionais no desenvolvimento histórico de Corumbá nos últimos 200 anos*. Corumbá: 1978.
- ENTREVISTAS A; B; D (depoimentos orais). Entrevistador: Divino Marcos de Sena. Corumbá: UFMS, 2005. 8 fitas cassetes (480 minutos).
- JACOMELI, Mara Regina Martins. *A instrução pública primária em Mato Grosso na Primeira República: 1891-1927*. Campinas: 1998. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas.
- MATO GROSSO. Governo do Estado. Secretaria de Educação e Cultura. Departamento de Educação. Projeto Levantamento e Arrolamento de Fontes. *Catálogo n. 1, Grupo Escolar e Escola Normal Joaquim Murtinho*. Cuiabá: 1978.

_____. Grupo Escolar Luis de Albuquerque. *Livro de Registro de Cópias de ofícios e ofícios circulares, expedidos pelos diretores do GELA: período: 27-02-1924 a 07-05-1932*. Corumbá: 1932.

MATO GROSSO. *Relatório apresentado ao Secretário Geral do Estado, pelo professor Franklin Cassiano da Silva, Diretor Geral da Instrução Pública, em 29 de agosto de 1931*. Cuiabá: 1931.

MENDONÇA, Rubens de. *Dicionário biográfico mato-grossense*. 2.ed. Cuiabá: 1971.

OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de. *Uma fronteira para o pôr-do-sol; um estudo geoeconômico sobre uma região de fronteira*. Campo Grande: UFMS, 1998.

OLIVEIRA, Regina Teresa Cestari de. Os grupos escolares no sul do estado de Mato Grosso como parte da política educacional (1910-1950). In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS, 7., 2006, Campinas, SP. *Anais...* Campinas: HISTEDBR; Unicamp, 2006. p. 1-25.

POUBEL E SILVA, Elisabeth. O florescer de uma cultura escolar no ensino mato-grossense. In: VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). *Grupos escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)*. Campinas: Mercado das Letras, 2006. p. 215-232.

PROENÇA, Augusto César. *Pantanal: gente, tradição, história*. Campo Grande: 1992.

ROSA, Maria da Glória. *Memória da cultura e da educação em Mato Grosso do Sul*. Campo Grande: UFMS, 1990.

SAVIANI, Dermeval. *Escola e democracia*. 6.ed. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1985.

SENA, Divino Marcos de. *A organização do trabalho didático-pedagógico no Grupo Escolar Luis de Albuquerque (1950-1970)*. Corumbá: 2006. Relatório de Iniciação Científica/PIBIC/UFMS-CNPq.

SOUZA, Rosa Fátima de. *Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo (1890-1910)*. São Paulo: Unesp, 1998.